

**AUSTERIDADE, PRECARIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA PAISAGEM
EUROPEIA**

*AUSTERITY, PRECARIOUSNESS AND THEIR REFLECTIONS ON THE EUROPEAN
LANDSCAPE*

AUSTERIDAD, PRECARIZACIÓN Y SUS REFLEJOS EN EL PAISAJE EUROPEO

Gleydson Pinheiro Albano¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

¹ Professor Adjunto IV do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES, Caicó, RN. E-mail: gleydsonalbano@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa analisar o contexto europeu pós-Crise de 2008, com destaque para o processo de precarização em curso na União Europeia, resultante das políticas neoliberais de ajuste e austeridade, e como essa precarização se reflete na paisagem europeia. Para isso, o artigo busca uma análise do contexto neoliberal, desde os anos 1980 até os dias atuais, com foco no momento pós-Crise de 2008 e no processo de precarização advindo das políticas de austeridade implantadas pela União Europeia, políticas essas impostas pelo Banco Central Europeu. A análise é feita, em um primeiro momento, amparando-se em revisão bibliográfica e dados estatísticos. O estudo se baseou também na análise de fotografias. Assim, em um segundo momento, é apresentada uma análise imagética da paisagem urbana de algumas cidades europeias em países de economia e desenvolvimento distintos, como Portugal, Espanha, Alemanha e Dinamarca, tentando mostrar e interpretar os reflexos das políticas de austeridade nos referidos países.

Palavras-chave: Paisagem. Políticas de Austeridade. União Europeia.

Abstract

The present study aims at analyzing the post-crisis European context of 2008, highlighting the ongoing process of precariousness in the European Union, resulting from neoliberal policies of adjustment and austerity, and how this precariousness is reflected in the European landscape. For this, the article seeks an analysis of the neoliberal context, from the 1980s to the present day, focusing on the post-crisis of 2008 and the process of precariousness arising from the austerity policies implemented by the European Union, policies imposed by the European Central Bank. The analysis is done, initially, based on a bibliographical review and statistical data. The study was also based on the analysis of photographs. In a second moment, an imagery analysis of the urban landscape of some European cities in different economic and development countries such as Portugal, Spain, Germany and Denmark is presented, trying to show and interpret the reflexes of the austerity policies in those countries.

Keywords: Landscape. Austerity Policies. European Union.

Resumen

El presente estudio pretende analizar el contexto europeo posterior a la crisis de 2008, con destaque para el proceso de precarización en curso en la Unión Europea, resultante de las políticas neoliberales de ajuste y austeridad, y cómo esta precarización se refleja en el paisaje europeo. Para ello, el artículo busca un análisis del contexto neoliberal, desde los años 1980 hasta los días actuales, con foco en el momento post-Crisis de 2008 y en el proceso de precarización proveniente de las políticas de austeridad implantadas por la Unión Europea, políticas éstas impuestas por el Banco Central Europeo. El análisis se realiza, en un primer momento, amparándose en revisión bibliográfica y datos estadísticos. El estudio se basó también en el análisis de fotografías. Por lo tanto, en una segunda etapa, se presenta un análisis de las imágenes del paisaje urbano de algunas ciudades europeas en la economía de los países y de desarrollo diferente, como Portugal, España, Alemania y Dinamarca, tratando de mostrar e interpretar las consecuencias de las políticas de austeridad en estos países.

Palabras clave: Paisaje. Políticas de Austeridad. Unión Europea.

1. Introdução

O presente estudo visa analisar o contexto europeu pós-Crise de 2008, com destaque para o processo de precarização em curso na União Europeia, resultante das políticas neoliberais de ajuste e austeridade, e como essa precarização se reflete na paisagem europeia. Para isso, o artigo busca uma análise do contexto neoliberal, desde os anos 1980 até os dias atuais, com foco no momento pós-Crise de 2008 e no processo de precarização advindo das políticas de austeridade implantadas pela União Europeia, políticas essas impostas pelo Banco Central Europeu. A análise é feita, em um primeiro momento, amparando-se em revisão bibliográfica e dados estatísticos. O estudo se baseou também na análise de fotografias. Assim, em um segundo momento, é apresentada uma análise imagética da paisagem urbana de algumas cidades europeias em países de economia e desenvolvimento distintos, como Portugal, Espanha, Alemanha e Dinamarca, tentando mostrar e interpretar os reflexos das políticas de austeridade nos referidos países.

2. Globalização Perversa, Neoliberalismo, Austeridade e Precarização na Europa

As políticas de Austeridade, com o conseqüente aumento da precarização e do precarizado na Europa, tem destaque a partir dos anos 2000, com a crise financeira global de 2007-2008, mas, desde a década de 1980, com o advento do neoliberalismo nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, e no Reino Unido, com Margareth Thatcher, o Estado de Bem-Estar Social de várias nações europeias vem sendo corroído e tem tido destaque a emergência de uma classe em situação de precarização, além do aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais, com os ricos cada vez mais ricos e concentrando uma parcela maior da renda dos países.

Como se observa no Quadro 1, gradualmente, com a difusão das ideias neoliberais pela Europa, pelos EUA e por inúmeros lugares no mundo, tem-se uma constante redução dos impostos sobre os mais ricos, aumentando a concentração de renda.

De acordo com relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (OECD, 2017), que compara os níveis de desigualdade dos países mais ricos do mundo entre os anos 1980 e 2014, usando o coeficiente Gini, a desigualdade tem aumentado significativamente na maioria dos países. O coeficiente Gini de concentração entre

os países europeus aumentou de 0.28, nos anos 1980, para 0.30, em 2014. O relatório destaca, ainda, a um aumento da desigualdade que não ficou restrito somente aos países tradicionalmente já muito desiguais, como o Reino Unido e os Estados Unidos. A desigualdade subiu também até em países tradicionalmente mais iguais, como a Suécia e Finlândia.

Quadro 1 – Taxas de imposto sobre o escalão superior de rendimentos

País	1986	2002	2007	2013
França	65	58	46	50
Alemanha	53	51	48	48
Bélgica	72	56	54	50
Espanha	66	49	43	52
Itália	62	46	45	47
Holanda	72	52	52	52
Reino Unido	60	40	40	45
Irlanda	60	42	41	41
Suécia	80	56	57	57
EUA	50	45	41	46
Japão	70	50	50	51

Fonte: Toussaint (2015).

Santos (2006) chama esse contexto neoliberal de Globalização Perversa, no qual prevalece a competitividade em estado puro.

A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. [...] a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência (SANTOS, 2006, p. 57, grifo nosso).

Em nome da competitividade, vão se erodindo os salários e os benefícios sociais, tanto nos Estados Unidos quanto em vários países da Europa.

Para Bauman (2007), esse é o período dos tempos líquidos, no qual o Estado passa a ser mínimo, e cada vez mais ocorre a transferência de poder, com a terceirização de um volume crescente de funções, para a força incontrolável do mercado, fonte de incerteza.

Grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global (e, em muitos casos, extraterritorial) politicamente descontrolado, enquanto a política – a capacidade de decidir a direção e o objetivo de uma ação – é incapaz de operar efetivamente na dimensão planetária, já que permanece local. A ausência de controle político transforma os poderes recém-emancipados numa fonte de profunda e, em princípio, incontornável incerteza, enquanto a falta de poder torna as instituições políticas existentes, assim como suas iniciativas e seus empreendimentos, cada vez menos relevantes para os problemas existenciais dos cidadãos dos Estados-nações e, por essa razão, atraem cada vez menos a atenção destes. Entre ambos, os dois resultados inter-relacionados desse divórcio obrigam ou encorajam os órgãos do Estado a abandonar, transferir ou (para usar os termos que entraram recentemente na moda no jargão político) “subsidiar” e “terceirizar” um volume crescente de funções que desempenhavam anteriormente. Abandonadas pelo Estado, essas funções se tornam um *playground* para as forças do mercado, notoriamente volúveis e inerentemente imprevisíveis, e/ou são deixadas para a iniciativa privada e aos cuidados dos indivíduos (BAUMAN, 2007, p. 8).

Nesse contexto de intensa competição de mercado, ocorre a redução e o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, reduzindo a autoconfiança dos atores, a defesa coletiva e o poder dos sindicatos. Passa então a ser tarefa do indivíduo procurar, encontrar e praticar soluções individuais para problemas socialmente produzidos (BAUMAN, 2007).

Nesse novo contexto que se constrói a partir dos anos 1980, o Estado já não protege o indivíduo contra a degradação social, buscando protegê-lo agora contra o terrorista, tentando se legitimar como Estado Policial e não mais como Estado Social.

[...] não surpreende em absoluto que se esteja buscando uma legitimação alternativa da autoridade do Estado e outra fórmula política em benefício da cidadania conscienciosa na promessa do Estado de proteger seus cidadãos contra os perigos *da proteção pessoal*. O espectro da degradação social contra a qual o Estado *social* jurou garantir seus cidadãos está sendo substituído na fórmula política do “Estado da proteção pessoal” pelas ameaças de um pedófilo à solta, de um *serial killer*, de um mendigo atrevido, de um assaltante, de um molestador [...] (BAUMAN, 2007, p. 20).

Na mesma linha de análise de Bauman, trabalha Wacquant (2008, p. 2), que observa nos últimos anos o enxugamento das funções ligadas ao Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e o crescimento, inchaço dos seus setores policiais, jurídicos e correcionais, com destaque para os Estados Unidos: “Entre 1975 e 2000, a população carcerária dos Estados Unidos cresceu em termos exponenciais, passando de 380 mil a 2 milhões de detentos, enquanto o número de beneficiários do *welfare* caiu vertiginosamente de 11 para menos de 5 milhões”.

Harvey (2011) ressalta que o neoliberalismo ganha destaque nos Estados Unidos em um ambiente onde a competitividade industrial americana é suplantada pela Alemanha e o Japão desde anos 1980, além disso, novas indústrias floresciam em novos espaços, como a Coreia do Sul, Bangladesh, Taiwan, México, China, dentre outros.

Segundo Harvey (2011, p. 110), a história do neoliberalismo está atrelada nos EUA aos

[...] chefes das principais corporações, juntamente com os barões da mídia e as pessoas mais ricas, muitos dos quais, como os irmãos Rockefellers, eram descendentes da classe capitalista, foram para o contra-ataque. Iniciaram um movimento de reconstrução radical do nexos Estado-finanças (a desregulamentação nacional e internacional das operações financeiras, a liberação do financiamento da dívida, a abertura do mundo para a competição internacional intensificada e o reposicionamento do aparelho do Estado em relação a previdência social). O capital foi reempoderado em relação ao trabalho pela produção de desemprego e desindustrialização, imigração, deslocalização e toda sorte de mudanças tecnológicas e organizacionais (a subcontratação, por exemplo). Mais tarde foi ligado a um ataque ideológico e político sobre todas as formas de organização do trabalho nos anos de Reagan/Thatcher, e o efeito foi resolver a crise do declínio de rentabilidade e riqueza por meio da repressão salarial e da redução de prestações sociais pelo Estado. As concepções mentais do mundo foram reformuladas, na medida do possível, com o recurso aos princípios neoliberais da liberdade individual, necessariamente incorporados no livre-mercado e no livre-comércio. Isso exigiu a regressão do Estado de bem-estar social e o sucateamento progressivo do quadro regulatório que tinha sido construído no início dos anos 1970 (como a proteção ambiental).

Essa desregulamentação sem precedentes das operações financeiras em nível global, aliada ao avanço tecnológico, facilitou o contágio internacional de crises financeiras, que passam a ser cada vez mais frequentes, como a Crise Financeira Asiática de 1997, que se iniciou na Tailândia, em julho de 1997, com a decisão de flutuação da sua moeda pelo governo tailandês, seguindo-se uma desvalorização e uma queda generalizada do mercado de ações que, em pouco tempo, rebateu nos mercados regionais do Sudeste Asiático, no Japão, chegando a Bolsa de São Paulo em outubro do mesmo ano. Essas crises de contágio rápido e mundial têm seu ápice com a Crise de 2008, como se verá logo abaixo.

3. Crise de 2008 e Políticas de Austeridade

A Crise de 2008 foi uma das maiores crises desde 1929, com a queima de ativos e a quebra de bancos em proporções impressionantes no Hemisfério Norte, com o posterior contágio para a economia do globo.

A Crise teve origem no setor de hipotecas nos EUA. Desse setor participavam ativamente bancos americanos e europeus na compra e venda de hipotecas como instrumentos financeiros para investidores mundiais, incluindo muitos fundos de pensões.

Blyth (2017) destaca que os instrumentos financeiros baseados em hipotecas ficaram muito atrativos nos anos 2000, pois estavam ancorados em seguros, gerando grande fluxo de clientes nacionais e internacionais. Mas, com isso, o mercado de empréstimos hipotecários apresentou saturação, fazendo com que os bancos procurassem clientes pouco confiáveis para o empréstimo hipotecário, prejudicando, de forma relevante, o setor. Eram as hipotecas “Ninja” (em que os empréstimos eram dados a pessoas sem rendimentos, sem emprego e sem ativos), ou hipotecas podres, que passaram a contaminar o sistema. Essas hipotecas podres foram parar em investidores no mundo todo, inclusive em pequenas localidades da Noruega e em bancos regionais da Alemanha.

Com o crescimento da inadimplência das hipotecas em 2007, a pressão no mercado de seguros para instrumentos financeiros ancorados em hipotecas e no mercado bancário chega às alturas e o fator do risco sistêmico compromete os mercados. A crença neoliberal dos mercados eficientes que funcionavam sem a ação do Estado estava caindo por terra e o Estado teve que entrar para salvar o sistema financeiro, pois estavam a entrar em colapso com a quebra de bancos e seguradoras em grande escala (BLYTH, 2017).

Os vários Estados-nações entraram em campo para salvar o sistema bancário. Só os EUA gastaram mais de 1 trilhão de dólares para resgatar seus bancos. Os Estados, nesse contexto, aumentaram sua dívida com o resgate dos bancos (transferência de dívida privada para dívida pública), com a perda das receitas fiscais decorrente da crise e da queda do setor privado bancário e da queda como um todo do PIB. No Reino Unido, em particular, esse colapso das receitas fiscais foi especialmente alarmante, uma vez que, aproximadamente 25% dos impostos britânicos saíam do setor financeiro, que quebrou com a crise (BLYTH, 2017).

Com a transferência da dívida privada para o setor público e com a simultânea redução da atividade econômica, que gerou uma acentuada diminuição da receita fiscal dos Estados, tem-se um aumento da dívida pública e as ideias de políticas de austeridade para combater a crise da dívida do Estado entram em cena.

Mas, o que são as políticas de Austeridade? Segundo Blyth (2017, p. 22):

Austeridade é uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits [...] Há apenas um ligeiro problema nesta interpretação dos acontecimentos: está total e completamente

errada, e o mais frequente é a política de austeridade ser exatamente o que não se deve fazer porque produz precisamente os resultados que se quer evitar.

Como se observa, as políticas de Austeridade, em vez de acabar com as crises, as intensificam, aprofundando-as com a redução do investimento público. Por isso, quando, em agosto de 2011, o governo americano indica usar essa política de Austeridade, com cortes do orçamento, foi imediata a queda da bolsa. Houve a interpretação dos mercados de que o menor investimento público geraria menor crescimento (BLYTH, 2017).

Com isso, não só os EUA, mas quase todas as nações globais, diante da crise de 2008, tenderam a praticar medidas keynesianas, com a intervenção do Estado na economia, com ajudas e subsídios para a promoção do crescimento, esquecendo as “políticas de austeridade” durante vários meses.

Só o Banco Central Europeu, o FMI e a Alemanha insistiram nas políticas de austeridade, fazendo com que as nações mais frágeis da periferia europeia adotassem essas medidas para receber ajuda no contexto da crise. Com isso,

[...] os PIIGS cortaram nos seus orçamentos e, enquanto as suas economias se contraíam, a dívida aumentava em vez de diminuir e, sem que isso surpreenda, os juros que tinham de pagar dispararam. A dívida líquida portuguesa em relação ao PIB aumentou de 62% em 2006 para 108% em 2012, enquanto os juros dos títulos de dez anos de Portugal passaram de 4,5 em maio de 2009 para 14,7 % em janeiro de 2012 (BLYTH, 2017, p. 24).

Com os juros subindo para níveis insustentáveis na Grécia, na Irlanda e em Portugal, cada um dos países recebeu um resgate da UE, do BCE e do FMI, bem como empréstimos bilaterais, na condição de aceitarem e de porem em prática um pacote de austeridade para endireitarem o seu navio orçamentário. Cortar na despesa, aumentar impostos – mas cortar mais na despesa do que o que se aumenta nos impostos – e tudo correrá bem, continua a história. Em maio de 2010, a Grécia recebeu um empréstimo de €110 bilhões em troca de um corte de 20% nas remunerações do setor público, um corte de 10% nas pensões, e aumentos de impostos. Os credores, a chamada troika do BCE, da Comissão Europeia e do FMI, previam que o crescimento voltasse em 2012. Em vez disso, o desemprego na Grécia atingiu 21% no fim de 2011 e a economia continuou a contrair (BLYTH, 2017, p. 113).

Do mesmo modo aconteceu na Irlanda e em Portugal. Com isso, nota-se que as políticas de austeridade não funcionaram no âmbito da Europa, se “funcionar” significa reduzir a dívida e promover o crescimento. O desemprego estava a explodir em vários países europeus, ao mesmo tempo em que cortes salariais e aumento de impostos eram estabelecidos.

Giddens (2014, p. 3) reafirma a visão de Blyth, sobre a crise europeia e as políticas de austeridade, discorrendo sobre os seus efeitos:

O desemprego atingiu novos máximos e é especialmente grave entre os jovens. Países que antes da crise financeira tinham as contas equilibradas atingiram agora níveis de dívida astronômicos. Entre os mais perdulários, alguns encontram-se num estado economicamente deplorável e sem meios para desvalorizarem a sua moeda, pelo que se viram forçados a aceitar duros programas de resgate.

Com efeitos negativos para as populações, como o desemprego e a precarização, a União Europeia passa a se tornar impopular em vários países atingidos com mais intensidade pelas medidas de austeridade, como a Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda, Hungria e Romênia. De acordo com sondagens de opinião do portal da União Europeia Eurobarómetro, “[...] em Espanha, por exemplo, em 2007, 65% dos inquiridos manifestaram a sua confiança na UE, contra 23% que o não fizeram. Mas agora esses números sofreram uma alteração radical: 20% ainda confiam na UE, contra 72% que são de opinião contrária” (GIDDENS, 2014, p. 3-4). Resultados semelhantes ocorreram na Grécia, Portugal, Irlanda, Hungria e Romênia e em muitos países foram realizadas marchas de protesto e manifestações anti-UE.

Vale lembrar de Giddens (2014, p. 63), quando deixa bem claro que, “Dizer que as medidas de austeridade na Europa falharam passou a ser uma nova verdade inquestionável”.

3.1 Precarização

A intensidade da aplicação das políticas de austeridade nos anos pós-2008 fez intensificar ainda a presença do precariado e da precarização no seio da União Europeia. Precariado esse que vem crescendo desde os anos 1970-80, com a difusão das políticas neoliberais, que aumentavam a flexibilidade do mercado de trabalho, transferindo os riscos e a insegurança do Estado e dos patrões para os trabalhadores e suas famílias em nome da “competitividade” para enfrentar os competidores globais, como relatava Standing (2014, p. 22):

A menos que os mercados de trabalho se flexibilizassem, os custos trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o investimento para locais onde os custos fossem mais baixos; o capital financeiro seria investido nesses países, em vez de ser investido “em casa”.

Segundo Standing (2014), a flexibilidade tem muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterar os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente

funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou a custos mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores.

Sobre o conceito de precariado, Standing (2014) observa que o mesmo tem características de classe. Geralmente consiste em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e com o Estado, não têm as relações de contrato social tradicionais do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são oferecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, acordo que serve de base para os Estados de Bem-Estar Social.

O precariado tem como aspecto central o status de *mão de obra temporária*. Outra característica inerente ao precariado é a sua condição de pobreza. No Japão, existe uma classe de precariados, que tem altos níveis educacionais e empregos com rendimento baixo (STANDING, 2014).

Outras características do precariado são: a ausência de proteção contra a perda de vínculo, ausência de direitos trabalhistas (como planos de carreira e participação nos lucros, dentre outros), renda precária, sem acesso a benefícios da empresa e do Estado, emprego de meio período (STANDING, 2014).

Nesse contexto europeu de crise, ganha destaque, também, a vinda das grandes multinacionais americanas de informática do Vale do Silício, que operam na forma de empresa plataforma, visando recrutar os precariados para trabalhar a baixo custo para os consumidores precarizados. São empresas como Uber e a Airbnb que se concentram nos setores de transporte e hospedagem e criam novas formas de emprego mais arriscadas e precárias (SLEE, 2017).

No ramo de transporte, a Uber é um referencial no uso de trabalhador precarizado, que se transforma em “empresário”, vendendo seu serviço através do aplicativo da Uber, sem a empresa se responsabilize por nenhuma garantia de trabalho, taxa, alvará, seguro do carro, manutenção etc., nem de condições de segurança para o motorista e o consumidor do serviço, sendo apenas um aplicativo que intermedia as relações entre motoristas e passageiros. A classificação da Uber como contratante independente livra a companhia de ter de pagar por direitos trabalhistas e de ter de respeitar os padrões de emprego. O risco é inteiramente empurrado para o subcontratado. Slee (2017, p. 115) relata a política agressiva da Uber, que explora e precariza cada vez mais os seus motoristas-empresários:

Quando a Uber chega a uma nova cidade, fornece subsídios e ofertas especiais a motoristas e clientes para que o serviço se espalhe rapidamente. Quando se

assenta, a Uber pega uma fatia maior de cada dólar ganho pelos motoristas e geralmente corta tarifas. Com o tempo, a Uber passa a tomar uma fatia maior e maior de cada corrida. Em abril de 2014, inseriu uma taxa de segurança de US\$ 1 por viagem nos Estados Unidos, aumentando a porção da empresa para em torno de 30% das corridas curtas. Em julho, começou a cobrar US\$ 10 por semana pelo uso de um smartphone. Em setembro, a Uber aumentou sua própria comissão para 25% para os novos motoristas em San Francisco, e em maio de 2015 experimentou tomar 30%: mais do que os donos de alvarás de táxi.

Standing (2014, p. 32-33) observa, com base nas características do precariado anteriormente expostas, que existe uma grande variedade do precariado, estando esse segmento longe de ser homogêneo.

O adolescente que entra e sai o tempo inteiro de um cibercafé enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é semelhante à mãe solteira que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima semana, ou ao homem de 60 anos que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas, todos eles, compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro).

Diante dessa situação de abandono que se encontra o precariado em relação ao Estado e à sociedade, a geração de tensões e a atração por políticos populistas com mensagens neofascistas é uma realidade. Por isso, Standing (2014) se remete a essa classe como a classe perigosa. Atualmente, muitos já são atraídos por essas mensagens nos Estados Unidos e na Europa.

Bauman (2007) vai na mesma linha que Standing, reafirmando os efeitos colaterais das políticas neoliberais, como o nacionalismo, o fanatismo religioso, o fascismo e o terrorismo.

4. Paisagem europeia em tempos de Austeridade

Como este trabalho visa analisar, através de fotografias selecionadas em áreas urbanas europeias distintas, os efeitos das políticas de Austeridade nos últimos anos na União Europeia, achou-se por bem utilizar o conceito de paisagem para embasar teoricamente a análise. Assim, estabelecendo um nexos conceitual para tratar geograficamente da questão.

4.1 Paisagem

Segundo a interpretação de Santos (1988, p. 21), “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.

Nesse contexto, podemos acrescentar que a análise da paisagem também depende da localização em que se está, se na rua, em um mirante, em um avião etc. Com isso, se tem uma visão mais ou menos privilegiada dela, podendo destacá-la ou encobri-la (SANTOS, 1988).

Souza (2013) observa que a paisagem pode ser invisibilizada pela ação dos poderes públicos ou da mídia, os quais a mostram, muitas vezes, de forma seletiva ou “retocada”, mediante filmes, fotografias, programas de TV etc. Ela também pode ser modificada ou reformatada no seu substrato espacial material pela intervenção dos poderes públicos.

4.1.1 Paisagem e Austeridade na Europa

Com base no exposto sobre a paisagem, vamos, nesta parte do trabalho, tentar mostrar, através da análise de fotografias, como as políticas de austeridade e precarização incidem na sua materialidade em alguns países da União Europeia. Cabe lembrar que esses países europeus são distintos, resultado das histórias diferentes e economias diversas. Os países aqui focalizados são:

– Alemanha, considerada a locomotiva europeia, com alto grau de industrialização e exportação de produtos de alta qualidade, além de ser considerada a nação que garante a estabilidade da moeda europeia e tem grande influência política nos destinos da União Europeia. Giddens (2014) chega a chamar a chanceler alemã Angela Merkel de figura mais importante da Europa, considerando-a como sendo, de fato, a governadora da Europa, ao lado do governo francês e dos líderes do Banco Central Europeu. Apesar da pujança econômica, a Alemanha também foi atingida pela Crise de 2008 e teve o crescimento do PIB comprometido nos principais anos dela, principalmente em 2009, quando houve uma redução de 5,6%. Já em 2016 teve um crescimento do PIB de 1,9%, ainda inferior à média mundial de 2,4% neste mesmo ano. Sustenta um PIB de mais de 3 bilhões de dólares, o quarto maior do mundo (ver Quadro 2). Ostenta o 6º lugar no ranking do IDH mundial. Tinha um índice de desemprego de 3,9% em fins de 2016, sendo considerado um dos níveis mais baixos do mundo. Vale lembrar que a

Alemanha tem modalidades flexíveis de contratação em meio período que mascaram os dados estatísticos.

– Dinamarca, exemplo de país nórdico com um dos mais altos graus de IDH do mundo, ficando em 4º lugar. A Dinamarca foi atingida moderadamente pela Crise econômica, chegando a ter pico de desemprego, em 2012, de quase 8%, terminando 2016 com um índice de desemprego de 6,1%. Já o crescimento do PIB chegou a cair para - 4,9% no pico da crise em 2009. Em fins de 2016, o PIB crescia a taxa de 1,3% no mesmo ano, remetendo-a para a 34ª maior economia do Globo, com 306 bilhões de dólares de PIB (ver Quadro 2).

– Portugal, um país mediterrâneo com um passado de grande expressão pelas conquistas na América, África e Oriente, mas que atualmente tem pouca expressividade econômica, com um PIB de 204 bilhões de dólares, ocupa a modesta 46ª posição entre as maiores economias do planeta. Tem apresentado um crescimento modesto, que em 2016 foi de 1,3%, por conta das medidas de Austeridade (que fizeram o PIB português minguar em poucos anos, com pico em 2012, quando foi reduzido em 4%), que também se refletiram no alto índice de desemprego, chegando ao pico de mais de 17% em 2012, diminuindo para 10,2% em fins de 2016. Esse país foi classificado pela imprensa inglesa, junto com a Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, como fazendo parte dos PIIGS, acrônimo pejorativo, que visava classificar os países do Sul da Europa particularmente vulneráveis durante a Crise econômica de 2008-2009, em razão do alto ou crescente endividamento e do alto déficit público em relação ao PIB (ver Quadro 2).

– Espanha, país mediterrâneo também com um passado de grande expressão pelas conquistas coloniais, também participante dos PIIGS, tem uma economia mais robusta que Portugal (com o 13º maior PIB do mundo), mas, foi atingido com muita intensidade pela Crise financeira de 2008-2009 (também com a explosão de uma bolha imobiliária) que fizeram o seu PIB diminuir em -3,6% no auge da crise. Com as medidas de Austeridade da União Europeia implantadas após o auge da crise, o desemprego explode nos últimos anos, chegando ao pico de 26% em 2012, finalizando 2016 com 18,% de desempregados (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Dados Socioeconômicos das Nações Analisadas (2016)

Países	Crescimento PIB (%)	Ranking PIB	PIB - em milhões US	IDH (ranking)	Desemprego (%)
Alemanha	1,9	4°	3.477.796	6°	3,9
Dinamarca	1,3	34°	306.900	4°	6,1
Portugal	1,3	46°	204.837	43°	10,2
Espanha	3,2	13°	1.237.255	26°	18,5

Fonte: World Bank (2018), Eurostat (2018), PNUD (2018).

4.1.2 Austeridade, Precarização e Moradores de Rua

Como fruto das políticas de Austeridade, verifica-se o aumento das desigualdades, resultante da precarização não só das condições de vida das pessoas, dos trabalhos, mas, também das moradias. Com base no último relatório da FEANTSA (2018), Federação Europeia de Organizações Nacionais que trabalham com os sem-teto, publicado em 2018, nota-se o crescimento generalizado do número dos sem-teto no espaço europeu, com exceção da Finlândia, que diminuiu através de políticas públicas de habitação, o número dos sem-teto em 18% entre 2009 e 2016.

Segundo dados desse relatório, a Inglaterra teve um crescimento, entre 2010 e 2017, de 169% no número de sem-teto. A Alemanha, com a redução das políticas de habitação social e com a chegada de grande afluxo de refugiados nos últimos anos, tem destaque especial com o crescimento dos sem-teto, chegando ao impressionante número de 860 mil pessoas em 2016. Um aumento de 150% entre 2014 e 2016.

Cerca de metade das famílias de baixa renda na Alemanha gastam mais de 40% de seus ganhos em habitação, ficando atrás somente da Bulgária e da Grécia. Essa situação tende a intensificar o crescimento dos sem-teto no país.

A Espanha também teve um aumento significativo no número de sem-teto catalogados nos serviços de emergência entre 2014 e 2016, chegando a 20,5% o aumento deles, segundo o relatório da FEANTSA (2018).

Um dos fatores que pressionam também o crescimento do número dos sem-teto é o custo das habitações em determinados países, custo esse que não para de crescer nos últimos anos. Sobre isso, pode-se destacar, em especial, o crescimento do custo de habitação, entre 2010 e 2016, nos seguintes países: Bulgária (59%), Reino Unido (30%), Polônia (28%) e Portugal (22%) (FEANTSA, 2018).

Como a paisagem resulta dos processos sociais que lhe dão forma, com base nesse contexto, verifica-se que esses fatores incidem sobre ela e evidenciam mudanças na sua materialidade nas áreas urbanas europeias, como se pode analisar nas fotos a seguir (Imagens 1 e 2).

Na Imagem 1, observa-se uma infraestrutura voltada para os sem-teto em uma praça da cidade de Lisboa. Trata-se de um guarda-volumes que foi instalado pela prefeitura dessa cidade com o objetivo de permitir aos sem-teto que pernoitam na região da praça dispor de um lugar para guardar os seus pertences. A imagem em questão é símbolo dos novos tempos de austeridade e de políticas neoliberais, onde o poder público se esquivava de prover habitação social para os mais necessitados, trabalhando agora com um paliativo para os pertences desse grupo extremamente vulnerável.

Imagem 1: Guarda-volumes para sem-teto em Lisboa, Portugal



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Lisboa, 2015.

Na Imagem 2, observa-se a ocupação de um viaduto na área central de Hamburgo, na Alemanha, através dos pertences de moradores de rua. É visível na paisagem a bandeira da Dinamarca ao lado direito, inúmeros colchões, pertences dos sem-teto e uma bandeira vermelha com a figura de Che Guevara (um dos responsáveis pela Revolução Cubana que levou Cuba a uma sociedade socialista), ao centro, retratando o caráter multinacional dos sem-teto dentro da União Europeia.

Imagem 2: Moradia dos sem-teto embaixo de um viaduto em Hamburgo, Alemanha

Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Alemanha, Hamburgo, 2017.

Na Imagem 3, é perceptível o detalhe da paisagem urbana planejada da área central de Barcelona, com suas ruas largas e arborizadas, com quarteirões octogonais, em parte, inspiradas no plano geométrico de Ildefons Cerdá, traçado no século XIX, que pensava em uma cidade moderna de direitos civis, homogênea, sem hierarquias (MUXI, 2010). Nota-se também, na paisagem, a presença de um catador de lixo mergulhando em uma lixeira em busca de algo de valor para pôr em seu carro de supermercado que já está parcialmente preenchido com outras sobras, em uma visão que distorce o ideal original pensado pelo urbanista Cerdá, no século XIX, de uma cidade mais homogênea e sem hierarquias.

Imagem 3: Catador de lixo mergulhando em uma lixeira em Barcelona, Espanha

Fonte: Gleydson Pinheiro Albano, Barcelona, Espanha, 2017.

Essa situação de catadores de lixo vasculhando lixeiras não é exclusiva de Barcelona no contexto europeu pós-crise de 2008. Inúmeras cidades na Espanha e por outras partes da Europa têm colocado travas e cadeados nas suas lixeiras para evitar a visão de pessoas vasculhando o lixo, o que não deve trazer boas impressões para a avalanche de turistas que viajam para essas cidades em busca de paisagens agradáveis para fotografar e guardar de lembrança. Em 2012, o jornal *Estado de S. Paulo* (2012) já anunciava esse problema, em matéria intitulada: “Na Espanha, cadeados nas latas de lixo”. A matéria apresenta o motivo de a prefeitura colocar cadeados na lata de lixo. O motivo oficial era uma medida de saúde pública, já que cada vez mais pessoas na capital espanhola estavam a vasculhar o lixo em busca de restos para se alimentar.

Numa noite recente, uma jovem vasculhava uma pilha de caixas do lado de fora de um mercado de frutas e legumes no bairro operário de Vallecas. À primeira vista, parecia uma empregada do mercado. Mas não. Ela procurava restos de frutas e legumes jogados no lixo para sua refeição. Separou algumas batatas que achou boas para comer e colocou-as no carrinho parado ao lado. “Quando você não tem dinheiro, é isso que há”, disse ela. A jovem de 33 anos disse que trabalhava numa agência dos Correios, mas que o prazo de

recebimento do salário-desemprego esgotou e ela agora vivia com 400 por mês. Estava morando num imóvel ocupado com alguns amigos, onde ainda havia água e eletricidade, enquanto recolhia “um pouco de tudo” do lixo depois de as lojas fecharem e as ruas ficarem desertas. Essa tática de sobrevivência é cada vez mais comum em Madri, que tem uma taxa de desemprego de mais de 50% entre os jovens e cada vez mais famílias com adultos desempregados. Esse ato de vasculhar as latas de lixo se tornou tão difundido que uma cidade espanhola decidiu instalar cadeados nas latas de lixo dos supermercados, como medida de saúde pública (O ESTADO DE S. PAULO, 27 set. 2012).

Conforme se pode visualizar na Imagem 4, o problema das lixeiras com cadeado não atingiu somente a Espanha, estando também presente na capital da Dinamarca, Copenhagen, país que, de acordo com relatório da Feantsa (2018), teve crescimento de 8% no número dos sem-teto entre 2015 e 2017. Nota-se na referida foto que, atualmente, fazem parte da paisagem da capital dinamarquesa, além das bicicletas, as lixeiras com cadeados, provavelmente como uma medida para tentar barrar os catadores de lixo, os sem-teto e, ainda, as pessoas envolvidas na busca de alimentos nas lixeiras e que participam de um movimento conhecido como “*dumpster diving*”, ou mergulhadores de lixeira, que une, dentre outros atores sociais, advogados e estudantes preocupados em reduzir o custo de vida e lutam contra o desperdício para viver de forma sustentável (UNIAVISEN, 2014)

Imagem 4: Lixeira com cadeado em Parque Público em Copenhagen, Dinamarca



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Dinamarca, Copenhagen, 2017.

Na Imagem 5, percebe-se, de forma clara, a emergência de atividades informais de venda de produtos de consumo, como bolsas e calçados, nos principais pontos turísticos da capital catalã (no caso da foto em questão, a venda de produtos informais está praticamente de frente a uma das grandes atrações turísticas de Barcelona, uma das obras arquitetônicas de Antoni Gaudí, o mais famoso arquiteto catalão, chamada de “A Pedreira”). Essa venda de produtos de consumo informais é feita geralmente por imigrantes (e espanhóis em situação de precarização), em cima de panos com suporte de cordas, para a rápida retirada, caso chegue a polícia para apreender a mercadoria. Tem-se, com isso, uma mostra na paisagem da ação da classe precariada majoritariamente de imigrantes, que na falta dos empregos formais, apela para serviços informais de venda de produtos pelas ruas da cidade.

Imagem 5: Comércio informal por imigrantes em frente à atração turística “A Pedreira”, de Gaudí



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano, Barcelona, Espanha, 2017.

De acordo com o Departamento de Estatística da Municipalidade de Barcelona (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2016), em 2016, existia uma população estrangeira da ordem de 267.790 residentes em Barcelona, representando 16,6% do total da população. Dentre

as nacionalidades com mais representantes, destacam-se nações como a Itália, com 26.993, o Paquistão, com 19.192, a China, com 18.448, a França, com 13.671, e o Marrocos, com 12.552. Também se nota uma quantidade significativa de imigrantes de inúmeros países da África Ocidental, como Senegal, Nigéria, Gana e Guiné, América do Sul e de diversas regiões da Ásia. De acordo com publicação do Conselho Econômico e Social de Barcelona sobre o mercado de trabalho para os imigrantes em Barcelona (CONSELL ECONÒMIC I SOCIAL DE BARCELONA, 2009), fica evidente a característica da informalidade de parte significativa do trabalho dos imigrantes. Mais de 85% dos contratos de trabalho dos imigrantes são temporais.

Em uma sociedade europeia que nos últimos anos ampliou a precarização da sua população, através da adoção de medidas neoliberais e das políticas de austeridade, destaca-se também o crescimento dos serviços e produtos de baixo custo, *low cost*, os quais estão voltados para essa população precarizada, com baixo poder de consumo.

Esse contexto é analisado por muitos autores, como Gaggi e Narduzzi (2011), que observam o fim da classe média e o surgimento de uma massa de consumidores proletarizados *low cost*. Essa nova classe da massa se caracteriza pelos consumos *low cost*, com compras nomádicas facilmente reproduzíveis e reconhecíveis em todo o mundo, com marcas de massa como a Ikea, Ryanair, Wal-Mart, Virgin, Zara, Prêt à Manger, H &M, que interpretam a nova identidade comportamental do fim da classe média. Uma carteira de marcas e empresas planetárias que de ano para ano não cessa de se ampliar, mas que há apenas vinte anos estava vazia.

Os consumos *low cost* estão presentes na paisagem urbana de Lisboa, em Portugal, como pode-se observar na Imagem 6, onde se destaca uma loja de cuidados veterinários chamada “Low Cost Veterinários”. Inúmeras lojas de vários ramos trazem no seu letreiro alguma chamada para o termo *low cost*, sinônimo de baixo custo e baixo preço, para atrair os consumidores precarizados.

Imagem 6: Loja *Low Cost* de cuidados para animais domésticos em Lisboa



Fonte: Gleydson Pinheiro Albano. Lisboa, Portugal. 2017.

5. Considerações finais

Nos últimos anos, tem-se notado um avanço da precarização no seio da União Europeia. Precarização essa que é resultado de políticas de austeridade em um ambiente de neoliberalismo. Com a crise de 2008, a precarização se difunde na paisagem europeia, através de situações que lembram os países subdesenvolvidos. Índices altos de desemprego, exclusão, aumento dos moradores de rua, difusão da economia informal, do comércio de baixo custo, *low cost*.

Com base nos aportes teórico-conceituais, nos dados estatísticos e na interpretação das fotografias, nota-se que a paisagem europeia mostra uma dinâmica de contradições, de

desigualdades e de exclusão cada vez mais crescente, que evidencia a falência das ideias neoliberais e os efeitos nefastos das políticas de austeridade que foram implantadas nos últimos anos pelos países da União Europeia.

Tem-se, com isso, um ambiente de precarização em constante evolução, que não só ameaça as paisagens-espetáculos voltadas para os turistas mundiais que visitam o velho continente, mas, sobretudo, o projeto de integração europeu, com a oposição crescente da opinião pública precarizada, que se alimenta da onda anti-União Europeia, puxada pelas ideias neofascistas em ebulição e que são apropriadas pelos precarizados criados, em grande medida, pelas políticas de austeridade da União Europeia e do Banco Central Europeu.

6. Referências

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Informes Estadístics**: la població estrangera a Barcelona. Gener 2016. Barcelona: Departament d'Estadística, 2016. Disponível em: <<http://www.bcn.cat/estadistica/catala/dades/inf/pobest/pobest16/pobest16.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

CONSELL ECONOMIC I SOCIAL DE BARCELONA. **Imigració I Mercat de Treball a La Ciutat de Barcelona**. 2009. Disponível em: <http://www.bcn.cat/novaciudadania/pdf/es/estudis/lmmitreballCESB_es.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GAGGI, Massimo; NARDUZZI, Edoardo. **Low cost**: o fim da classe média. Alfragide-Portugal: Teorema, 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Na Espanha, cadeados nas latas de lixo**. 27 set. 2012.

FEANTSA. Third overview of housing exclusion in Europe – 2018. Disponível em: <<http://www.feantsa.org/en/report/2018/03/21/the-second-overview-of-housing-exclusion-in-europe-2017>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

GIDDENS, Anthony. **Este turbulento e poderoso continente**: que futuro para a Europa? Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUXI, Zaida. Episódios da transformação urbana em Barcelona. **Arqtexto**, Porto Alegre, n. 17, p. 104-123, 2010. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_17/05_ZM_TRANSFOR_MAC%C2%B8O~ES%20BARCELONA.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Toussairt, Eric et al. **Os números da dívida 2015**. CADTM (COMITÉ PARA A ABOLIÇÃO DAS DIVIDAS ILEGITIMAS), 2015. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/Os-Numeros-da-Divida,11274>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

OECD, **Understanding the socio-economic divide in Europe**. Centre for Opportunity and Equality. 2017. Disponível em: <<https://www.oecd.org/els/soc/cope-divide-europe-2017-background-report.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDH Global 2014. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TERRA. 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/europa-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua,749d0cca2e33693858c43b19eedc6533m648b666.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

UNIAVISEN. **Night patrol**: Dumpster diving for food in Copenhagen. 19-09-2014. Disponível em: <<https://uniavisen.dk/en/night-patrol-dumpster-diving-for-food-in-copenhagen/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

WACQUANT, loic. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 80, p. 9-19, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a02n80.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

WORLD BANK. Data Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.